

# ANEXO I



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
3ª DIVISÃO DE EXÉRCITO  
(3ª e 4ª Bda Estrt/1908)  
DIVISÃO ENCOURAÇADA**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**

## 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas e agenciamento de viagens, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. A licitação será composta de dois grupos, cada grupo com dois itens, conforme tabela constante do subitem 1.2.

1.1.2. Para os itens de **AGENCIAMENTO DE PASSAGENS** (2 e 4), o potencial fornecedor deverá efetivamente lançar sua proposta inicial e formular lances.

1.1.3. Para os itens de **EMIÇÃO DE PASSAGENS POR DEMANDA** (1 e 3), o valor será **FIXO**, não podendo, portanto, ser alterado em nenhuma perspectiva, uma vez que esses valores satisfarão os custos das possíveis passagens para o tipo de viagem exigida.

1.1.4. **Justificativa do Grupo:** Optou-se pela formação de 02(dois)Grupos/Lotes, ambos compostos por dois itens, pois há compatibilidade entre os itens, visto que a(s) agência(s) a ser(em) contratada(s) é a intermediária para aquisição de passagens aéreas diretamente às empresas de transportes aéreos, cobrando, para isto, a taxa pelo serviço de agenciamento de viagens, sendo necessário que o contrato tenha empenhos em contas contábeis distintas (visto não ser possível gerar dois empenhos a partir de um único item), uma para remunerar pelo serviço prestado (inclusive conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, via mensagem SIAFI de 26/10/2012) e outra para o pagamento dos bilhetes e respectivas taxas de embarque.

1.2. Itens de ampla participação:

Grupo	Nr do item	Código SIASG	Descrição detalhada	UND	Soma qtdes	Valor Un	Qtde x Valor
-------	------------	--------------	---------------------	-----	------------	----------	--------------

1	1	25828	Aquisição de Passagem Aérea Nacional, de ida e volta, incluindo a taxa de embarque, (trecho de referência Santa Maria/Boa Vista/Santa Maria)	Serviço	1180	2.729,43	3.220.727,40
	2	3719	Serviço de agenciamento de passagem Aérea Nacional, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens.	Serviço	1180	1,14	1.345,20
2	3	25828	Aquisição de Passagem Aérea Internacional, de ida e volta, incluindo a taxa de embarque. (trecho de referência Porto Alegre-BRA/Berlim-ALE/Porto Alegre-BRA)	Serviço	243	5.618,10	1.365.198,30
	4	3719	Serviço de agenciamento de passagem Aérea Internacional, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas pela agência de viagens.	Serviço	243	4,31	1.047,33

1.3. Valor total da ata: R\$ 4.588.318,23 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, trezentos e dezoito reais e vinte e três centavos).

1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

Item	3ª DE	3º GAC Ap	HGeSM	Pq R Mnt/3	CMSM	1º RCC	4º B Log	29ª BIB	DSSM	13ªCia DAM	Soma qtdes
1	106	6	20	5	1000	5	10	20	2	6	1180
2	106	6	20	5	1000	5	10	20	2	6	1180
3	16	2	2	10	200	1	4	5	2	1	243
4	16	2	2	10	200	1	4	5	2	1	243

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas e agenciamento de viagens visa atender o Comando da 3ª Divisão de Exército, bem como os demais Órgãos Participantes, em suas necessidades de deslocamento de seus militares especializados à realização de reuniões técnicas, divulgação, participação em feiras, simpósios, congressos, entre outras atividades de interesse do Exército Brasileiro.

2.2. Não obstante, integrantes da Força realizam visitas de inspeção e orientação técnica para projetos que podem envolver a transferência da tecnologia desenvolvida ou o aprimoramento da gestão e das atividades específicas de treinamento militar, questão que torna imprescindível o fornecimento das passagens aéreas no menor tempo possível e com a maior segurança logística possível.

2.3. A adoção do Pregão Eletrônico SRP justifica-se a fim de garantir um nível razoável de contratações, que são realizadas com frequência contínua e de acordo com as necessidades ou fatos imprevisíveis, como uma intempérie. Sem o risco de uma interrupção de contratação pela falta de processo licitatório adequado os aquartelamentos melhoraram a qualidade técnica dos artefatos de contratação (projetos básicos, termos de referência etc), e um planejamento integrado de contratação reduz a duplicidade de esforços entre as organizações interessadas e

otimiza o trabalho dos gestores, com ênfase nas atividades de aquisição, licitações e contratos, ensejando, ainda, economia processual.

2.4. O grande benefício, entretanto, advém da utilização do poder de compra do Governo Federal, na medida em que, ao aproveitar as oportunidades de economia de escala, a Administração Pública pode obter melhores preços junto ao mercado, reduzindo seus custos em benefício do atendimento de suas diversificadas demandas.

2.5. Cabe ressaltar ainda, que o valor das futuras contratações do Órgão Gerenciador não ultrapassará o valor de R\$ 1.000,000,00 (um milhão de reais), atendendo ao disposto no inciso II, do § 2º, do Art. 2º, do Dec. Nº 7.689/12, e que o valor das futuras aquisições por parte de cada Unidade Gestora Participante não ultrapassará o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), atendendo ao disposto no inciso III, do § 2º, do Art. 2º, do Dec. Nº 7.689/12, conforme Delegação de competência estabelecida no § 2º, do Art. 11, da Portaria nº 289 A – Cmt Ex, de 30 Abr 12, publicada no Boletim do Exército nº 18, de 4 Maio 12.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os serviços a serem licitados enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.450/2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo constituir-se em objeto de Registro de Preços licitado por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. A licitante vencedora deverá providenciar reservas, emissões, entrega de bilhetes ou ordens de passagens por meio físico ou eletrônico e realizar alterações, de acordo com as requisições eletrônicas enviadas ou solicitações realizadas por outros meios, fazendo uso necessariamente, do valor da tarifa aérea de menor custo, para passagens nacionais e internacionais.

4.1.2. As emissões dos bilhetes aéreos, somente serão finalizadas após cotação realizada em todas as companhias aéreas, que atendam ao trecho solicitado, preferencialmente em viagens sem escalas e/ou conexões, conforme aprovação do órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.1.3. A confirmação da emissão de passagens aéreas deverá ser enviada aos usuários, com cópia para o Setor Financeiro do Contratante, no prazo estipulado a seguir:

4.1.3.1. Demandas Urgentes (prazo de solicitação menor ou igual a um dia, incluídos os finais de semana e

feriados): Cotação - em até 01 hora após o recebimento da demanda. Emissão - em até 1 hora após o recebimento da autorização por meio de sistema eletrônico ou contato telefônico dos servidores autorizados pelo órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.1.3.2. Demandas Regulares (prazo superior a um dia): Cotação - em até 03 (três) horas após o recebimento da demanda. Emissão - em até 03 (três) horas após o recebimento da autorização por meio de sistema eletrônico ou contato telefônico dos servidores autorizados pelo órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.1.4. Os dados sobre o embarque devem ser transmitidos aos interessados em tempo hábil para efetivação do embarque, conforme regras definidas pela empresa de transporte e agência reguladora.

4.1.5. Os prazos são considerados no período compreendido entre 09 h e 17 h dos dias úteis.

4.1.6. Para a execução dos serviços, a empresa Contratada deverá dispor de uma agência matriz ou filial capaz de dar todo o suporte técnico-operacional das atividades relacionadas, apto a utilizar o sistema eletrônico, adotado pelo Contratante e demais equipamentos/ mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, para a obtenção das facilidades abaixo:

4.1.6.1. execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;

4.1.6.2. emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;

4.1.6.3. consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;

4.1.6.4. consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;

4.1.6.4. impressão de consultas formuladas;

4.1.6.5. alteração/remarcação de bilhetes; e

4.1.6.6. combinação de tarifa.

4.1.7. A CONTRATADA deverá indicar um(a) funcionário(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o CONTRATANTE, plantão de telefones fixos e celulares, durante 24 (vinte e quatro) horas, possibilitando efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação dos serviços do objeto deste termo, bem como para dar suporte a atendimentos emergenciais.

4.1.8. A CONTRATADA deverá informar em até 48 horas após a assinatura do contrato, os números de telefones visando atendimento aos servidores e militares do órgão gerenciador e órgãos participantes, bem como número de telefone exclusivo para os Gestores do Contrato indicados pela CONTRATANTE.

4.1.9. Efetuar o endosso de passagem, respeitando o regulamento das companhias.

4.1.10. Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.

4.1.11. Fornecer, à CONTRATANTE, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

4.1.12. Os preços unitários para as passagens aéreas e taxas de embarque são os registrados na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) ou que faça parte do Programa de Redução das Tarifas da Infraestrutura Aeronáutica ou ainda que seja produto de acordo de companhias aéreas com o CONTRATANTE, considerados também todos os descontos comerciais e promocionais disponíveis no mercado.

4.1.13. As passagens aéreas pagas e não utilizadas, total ou parcialmente pelo CONTRATANTE, serão reembolsadas por meio de Notas de Crédito que deverão ser enviadas no prazo máximo de 60 dias após o cancelamento do bilhete.

4.1.14. Caso a CONTRATADA não observe o prazo disposto no subitem 4.1.13, o CONTRATANTE poderá glosar do montante dos valores devidos, limitados ao valor da fatura.

4.1.15. Caso haja divergências entre o valor glosado e o valor efetivamente devido, descontadas as taxas e multas, desde que comprovadas pela CONTRATADA, o acerto será realizado na fatura subsequente.

4.1.16. É expressamente vedada à CONTRATADA a concessão de reembolso ao usuário da passagem.

## **5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O serviço será avaliado de forma factível quando da materialização do fornecimento das passagens.

## **6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO**

7.1. A execução dos serviços será iniciada em até 2 (duas) horas após a contratada receber a Nota de Empenho.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**7.7. A contratação, confecção de empenho, e pagamentos dar-se-ão pelas seguintes unidades gestoras:**

	<b>ORGANIZAÇÃO MILITAR</b>	<b>UASG</b>	<b>ENDEREÇO / LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO</b>	<b>E-MAIL</b>
1	Comando da 3ª Divisão de Exército (Cmde 3ª DE)	160413	Rua Dr Bozano, nº 15 - Bonfim - Santa Maria (RS) - CEP 97.015-001 - Tel (55) 3212 – 6097 Ramal 220	licitacao@3de.eb.mil.br
2	3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (3º GAC Ap)	160409	Rua Marechal Hermes, S nº - Passo D'Areia - Santa Maria (RS) - CEP 97.010-320 - Tel (55) 3213.4738 ramal 215	licitacoes@3gacap.eb.mil.br
3	Hospital Geral de Santa Maria (HGeSM)	160416	Rua Marechal Hermes 190, Passo D'Areia - Santa Maria (RS) - CEP 97.010-320 - Tel (55) 3212.2400	licita@hgusm.eb.mil.br
4	Parque Regional de Manutencao/3 (Pq R Mnt/3)	160417	Rua Radialista Osvaldo Nobre, nº 1132 - Juscelino Kubitscheck - Santa Maria (RS) - CEP 97.035-000 - Tel (55) 3212.2424	salc@pqrmnt3.eb.mil.br
5	Colégio Militar de Santa Maria (CMSM)	160079	Rua Radialista Osvaldo Nobre 1132, Passo da Areia - Santa Maria (RS) CEP: 97035-000, Tel (55) 3212.2500 ramal 311	licitacao@cmsm.eb.mil.br
6	1º Regimento de Carros de Combate (1º RCC)	160262	Av do Exército, S nº - Boi Morto - Santa Maria (RS) - CEP 97.030-110 - Tel (55) 3213.3948	pregoeiro1rcc@yahoo.com.br
7	4º Batalhão Logístico (4º B Log)	160410	Avenida do Exército S/ Nr – Boi Morto – CEP 97030-110, Tel (55) 3212.5454 ramal 214	licitacoes@4blog.eb.mil.br
8	29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB)	160407	Rua Capitão Vasco da Cunha, S/Nº, Bairro Boi Morto, CEP: 97.030-110, Santa Maria (RS), Tel (55) 3212.5488 ramal 227	salc@29bib.eb.mil.br
9	Depósito de Subsistencia de Santa Maria (DSSM)	160415	Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 45 - Centro - Santa Maria (RS) - CEP 97.043-340 - Tel (55) 3221.3578	dssmlicitacoes@gmail.com
10	13ª Companhia Depósito de Armamento e Munição (13ª Cia DAM)	160406	BR 158 Km 304, S/N, bairro Philipson, CEP 97185-000, cidade de Itaara - RS.	salc13ciadam@gmail.com

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.1.6. realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela CONTRATADA, comparando-os com os praticados no mercado e inserindo-as em sistema próprio;
- 8.1.7. notificar, por escrito, a CONTRATADA, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 8.1.8. solicitar formalmente à CONTRATADA, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o reembolso do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a CONTRATADA deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, poderá se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA, devendo ser observado o respectivo Programa de Trabalho e Unidade Gestora Responsável;
- 8.1.9. quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens não utilizadas deverão ser consideradas;
- 8.1.10. os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela CONTRATADA;
- 8.1.11. quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- 8.1.12. solicitar a comprovação do valor das tarifas à data de emissão das passagens;
- 8.1.13. efetuar a solicitação de passagens rodoviárias, à Contratada, exceto em casos de urgência, com até 10 (dez) dias de antecedência, visando assegurar a possibilidade de obter as menores tarifas e preços promocionais praticados pelas companhias aéreas;
- 8.1.14. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos; e
- 8.1.15. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas



e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

9.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.11. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da



licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.16. Estar **Cadastrada no SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS – SCDP, previamente a sua efetiva utilização. Não esta autorizada a aquisição de passagens aéreas em empresas de agenciamento que não estejam cadastradas no SCDP. Por orientação da 3ª Inspeção de Contabilidade do Exército-3ª ICFEx, conforme DIEX nº 15-S3/Ch/3ª ICFEx, referenciando DIEX nº 5-ASSE2/ASSE/SSRF-CIRCULAR , DE 16 JAN 18 E OFÍCIO CIRCULAR 582-2017-MPDG.**

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado.

10.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.5.1. não produziu os resultados acordados;

10.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

10.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

10.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não

implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.1.6. não mantiver a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.